



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Federal **Cabo Gilberto Silva - PL/PB**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, 2026

(DO SR. CABO GILBERTO SILVA)

Convoca o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre atuação irregular de agente público brasileiro em território estrangeiro, no qual envolve monitoramento irregular de cidadão brasileiro nos Estados Unidos.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiro a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para comparecer à **Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**, a fim de prestar esclarecimentos sobre a atuação de delegado da Polícia Federal que foi expulso dos Estados Unidos por estar praticando espionagem criminosa em território americano, relacionadas ao exilado político, Deputado Federal Alexandre Ragem.

#### JUSTIFICAÇÃO

A confirmação de que um delegado da Polícia Federal brasileira foi expulso dos Estados Unidos em razão de atuação irregular em território estrangeiro representa um fato de extrema gravidade institucional e diplomática. Trata-se de um episódio que indica possível violação da soberania de outro país e das normas que regem a cooperação internacional em matéria de segurança pública e investigação.

De acordo com as informações disponíveis, o referido agente público estaria realizando atividades de monitoramento e inteligência direcionadas ao Deputado Federal Alexandre Ragem, que se encontra em território norte-americano em situação legal, com pedido de asilo em análise. A condução de ações dessa natureza, fora dos canais oficiais e sem respaldo das autoridades locais, levanta sérias dúvidas quanto à legalidade, legitimidade e finalidade dessas operações.

A gravidade do caso é ampliada pelo alerta emitido por autoridades norte-americanas, incluindo manifestação do FBI sobre práticas de repressão transnacional, caracterizadas pela atuação de governos estrangeiros que buscam intimidar, monitorar ou constranger indivíduos em solo americano. Esse contexto reforça a necessidade de esclarecimento imediato sobre eventual participação ou envolvimento de agentes brasileiros em condutas dessa natureza, que são

Apresentação: 22/04/2026 17:04:09.063 - CSPCCO

REQ n.178/2026



\* C D 2 6 1 6 7 0 8 7 3 2 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB**

incompatíveis com o Estado Democrático de Direito e com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

No campo jurídico internacional, instrumentos como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) estabelecem garantias fundamentais, entre elas o direito de buscar e receber asilo em casos de alegada perseguição política. Ainda que a análise do mérito caiba às autoridades competentes do país receptor, é imprescindível que o Estado brasileiro se abstenha de qualquer conduta que possa ser interpretada como tentativa de constrangimento, intimidação ou violação dessas garantias.

Por fim, é imprescindível o esclarecimento completo acerca das ações do delegado Marcelo Ivo de Carvalho, incluindo quem autorizou sua atuação, quais eram os objetivos da missão, quais instrumentos foram utilizados e motivo da violação de normas nacionais ou internacionais. A convocação do Ministro da Justiça e Segurança Pública é medida necessária e urgente para garantir transparência, apurar responsabilidades e preservar a credibilidade das instituições brasileiras perante a comunidade internacional.

Sala de Sessões, em de        de 2026

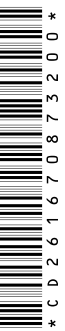
Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 22/04/2026 17:04:09.063 - CSPCCO

REQ n.178/2026



\*CD261670873200\*